

A RECEPÇÃO DAS ENCÍCLICAS E A CONJUNTURA AGRÁRIA BRASILEIRA ATRAVÉS DA REVISTA ECLESIAÍSTICA BRASILEIRA (1950-1964)

BRUNA MARQUES CABRAL*

Resumo: O presente artigo apresenta como escopo fundamental compreender a recepção das ideias e interpretações dos católicos – leigos e clérigos – referentes às diretrizes contempladas pela Doutrina Social Cristã. Deste modo, analisaremos os discursos produzidos por intelectuais católicos brasileiros referentes às suas preocupações com o campo e a recepção de tais encíclicas. Assim, examinaremos a *Revista Eclesiástica Brasileira (R.E.B.)* como principal fonte de compreensão dos discursos supracitados.

Palavras-chave: *Revista Eclesiástica Brasileira*; questão agrária; encíclicas.

Abstract: This paper has as a fundamental objective understanding the ideas and interpretations of Catholics – lay and clergy – related to the guidelines contemplated by the Christian Social Doctrine. Thus, we analyze the discourses produced by Brazilian Catholic intellectuals regarding their concerns with the field and the reception of such encyclicals. In order to achieve this, we will examine the Magazine Ecclesiastical Brazilian (R.E.B.) as the main source for understanding these discourses.

Keywords: Magazine Ecclesiastical Brazilian; agrarian question; encyclicals.

1. Introdução

O pressuposto fundamental deste trabalho envolve a recepção das ideias e interpretações dos católicos – leigos e clérigos – concernentes às diretrizes contempladas pela Doutrina Social Cristã, tendo início com o Papa Leão XIII (1878-1903) e sofrendo um aprofundamento nas encíclicas dos papas posteriores, sobretudo, as de João XXIII (1958-1963) e no Concílio Vaticano II (1962-1965).

Artigo recebido em 25 de fevereiro de 2016 e aprovado para publicação em 25 de março de 2016.

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: brunaclio@uol.com.br.

Destarte, analisaremos os discursos produzidos por intelectuais católicos brasileiros referentes às suas preocupações com o campo e a recepção de tais encíclicas.¹ Assim, examinaremos a *Revista Eclesiástica Brasileira* (R.E.B.) como principal fonte de compreensão dos discursos supracitados. Essa publicação periódica foi fundada pelo Frei Thomas Borgmeier no ano de 1941, com o intuito de ser um elo entre o clero brasileiro, que se encontrava disperso pelo enorme território nacional, o que resultava em grande dificuldade de comunicação. Sendo assim, a revista serviu como um espaço de debates, no qual padres, freis e teólogos, expuseram suas reflexões acerca de diversos temas, tais como, teologia, espiritualidade e realidade sócio-religiosa.

Com efeito, a estrutura desta pesquisa pode ser dividida da seguinte forma. Na primeira parte deste artigo, as análises se focarão no panorama da Igreja Católica – tanto no plano nacional quanto no internacional – entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

No momento seguinte, procuramos demonstrar a recepção das encíclicas e o contexto agrário brasileiro na *Revista Eclesiástica Brasileira*. Portanto. Buscamos compreender a trajetória deste periódico, mais especificamente no tocante à reforma agrária.

2. Um breve panorama da Igreja Católica entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX

Referência fundamental desse estudo é Roberto Romano,² que interpreta a Igreja Católica como um “Corpo Místico”, isto é, como uma instituição dotada de uma coerência própria e que possui um projeto teológico-político.³ Por essa razão, para o autor, a Igreja não pode ser interpretada exclusivamente como um instrumento ideológico do Estado, pois é uma instituição que estabelece alianças de cunho temporal tendo em perspectiva a ideia de salvação espiritual do ser humano.

¹ É importante ressaltar que no período por nós estudado foram criadas diversas encíclicas, como: *Humani Generis* (1952), *Ecclesiam Suam* (1964). No entanto, optamos por analisar a *Mater et Magistra* (1961) e a *Pacem in Terris* (1963) e as predecessoras *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), por trabalharem a questão social e os problemas rurais.

²ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

³A definição do projeto teológico-político para conceituar a ação da Igreja Católica foi inaugurada por Roberto Romano em sua obra *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979. Posteriormente, Jessie Jane Vieira de Sousa (2002) também o adota. Esse conceito será igualmente assumido em nossa pesquisa por compreendermos que os projetos desenvolvidos pela Igreja Católica tinham fins no campo do transcendente, e que, ao serem circunscritos exclusivamente à esfera política, são obscurecidos elementos importantes que dão significado à sua essência.

Ao examinarmos a historiografia sobre o tema, percebemos em Bruneau⁴ um viés institucional ao analisar o processo histórico da Igreja Católica no Brasil. A ideia substancial desse pensamento é, segundo Mainwaring⁵, aquela que abrange as transformações ocorridas nas instituições, com o objetivo de defesa de seus interesses e de expansão de sua influência. Concordamos com Jessie Jane V. de Sousa,⁶ para quem as análises institucionais deixam de perceber os divergentes modelos de Igreja, os diversos interesses em jogo e os processos de hierarquização desses modelos.

Nesta perspectiva, podemos entender a Igreja Católica como uma instituição que se “move no tempo com um profundo sentido de permanência”.⁷ A partir disso, reconhecemos a sua capacidade e interesse de se adequar às questões de seu tempo.

Ao final do século XIX e início do XX, a Igreja enfrentou graves desafios à sua inserção na modernidade. E foi marcada por uma profunda insatisfação das classes trabalhadoras, devido aos péssimos salários e às condições desumanas a que eram submetidas no ambiente de trabalho, inclusive, as crianças e as mulheres.

Nesta conjuntura, o Papa Leão XIII⁸ priorizou a questão social, sendo o seu foco as relações de exploração dos operários pela burguesia, sob a égide do liberalismo, interpretado como anticristão e individualista. Assim, foi promulgada a encíclica *Rerum Novarum*⁹, no ano de 1891, na qual a Igreja se pronunciou pela primeira vez sobre as relações entre capital e trabalho. Vejamos:

Efectivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união

⁴BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

⁵MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁶SOUSA, Jessie Jane Vieira de. Os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica. *Vitória: Revista do Departamento de História da UFES*, 1998, p. 01-32.

⁷ROMANO, *Op. Cit.*, p. 22.

⁸O Papa Leão XIII nasceu em 1810 e foi ordenado sacerdote em 1837. Posteriormente, em 1843, foi indicado Núncio Apostólico da Bélgica. Em 1846 tomou posse como Arcebispo da região de Perugia, Itália. Foi eleito Papa em 1878 e o fim do seu pontificado foi em 1903. Um dos seus momentos de destaque foi a promulgação da encíclica *Rerum Novarum*, referente à questão social. Disponível em:

<<http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt.html>> Acesso em: 10 dez. 2014.

<<http://cleofas.com.br/historia-da-igreja-de-leao-xiii-a-pio-xii-1878-1939/>> Acesso em: 10 dez. 2014.

⁹A presente encíclica foi promulgada pelo Papa Leão XIII em 1891, e foi a primeira a abordar a questão social na formação da Doutrina Social da Igreja. No entanto, devemos ressaltar que não era a primeira vez que a Sé Apostólica intervia em defesa dos interesses materiais dos menos favorecidos. Outros documentos de Leão XIII haviam preparado o caminho; entretanto, a *Rerum Novarum* foi uma síntese orgânica dos princípios católicos no campo econômico-social. Disponível em: <www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html> Acesso em: 27 jan. 2014.

mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito.¹⁰

A partir da Doutrina Social Cristã, ainda sob o papado de Leão XIII, os Papas subsequentes dialogariam com as forças vigentes no tocante às lutas entre capital e trabalho. Entretanto, com o crescimento dos conflitos sociais, das organizações operárias e dos partidos socialistas, na primeira metade do século XX, a instituição católica passaria a criticar menos o capitalismo, sobretudo no que concernem às desigualdades sociais, e a criticar mais o comunismo. Esse sistema político foi amplamente combatido, em função da iminência de Revoluções Socialistas nos padrões da que ocorreu em 1917 na Rússia. Deste modo, o temor da Igreja frente à possível “Revolução” obteve força em 1959, com a Revolução Cubana e posteriormente o ingresso de Cuba no Bloco Socialista (1961).¹¹

Não cabe nesse trabalho uma análise histórica apurada de uma trajetória da Igreja no Brasil. Para os fins propostos nesta pesquisa, é relevante apenas situar a conjuntura na qual o projeto de reforma agrária da Igreja se inseria, e, portanto destacamos a perspectiva de M. Lowy.¹² Segundo este autor, desde a Segunda Guerra Mundial estavam sendo geradas no seio da Igreja novas correntes teológicas que propunham outras formas de cristianismo social (padres operários) com maior abertura para as ciências sociais e a filosofia moderna. Foi sob o pontificado de João XXIII¹³ (1958-1963) e o Concílio Vaticano II¹⁴ (1962-1965) que estas novas orientações se legitimaram.

¹⁰Encíclica *Rerum Novarum*. Disponível em:

<www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerumnovarum_po.html>
Acesso em: 27 jan. 2014.

¹¹No que concerne ao anticomunismo católico no Brasil, apresentamos uma vasta bibliografia, no entanto destacamos os seguintes trabalhos: BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974; MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989; RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 2002; SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹²LOWY, Michael. *A guerra dos deuses*. Petrópolis: Vozes, 2000.

¹³Nasceu em 1881 na Itália e tornou-se franciscano em 1897. De 1901 a 1905, foi aluno do Pontifício Seminário Romano. Foi secretário do Bispo de Bérgamo, diretor espiritual do Seminário de Bérgamo, delegado apostólico na Turquia e na Grécia, núncio apostólico em Paris. Em 1958, foi eleito Sumo Pontífice. O seu pontificado, que durou menos de cinco anos, foi marcado pela promulgação das encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, além da convocação do Concílio Vaticano II. Disponível em:

<http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20000903_john-xxiii_po.html> Acesso em: 10 dez. 2014.

¹⁴Podemos dizer que o Concílio Vaticano II foi a mais ampla reforma da história da Igreja, a fim de tornar o catolicismo relevante em um mundo moderno que se encontrava em rápida transformação. Nesse sentido, o Vaticano II aprovou medidas como a missa nas línguas nacionais, uma maior ênfase nos leigos, na justiça social e nos direitos humanos. Inspirada no novo espírito criado pelo Concílio Vaticano II, a Igreja Católica no Brasil busca se aproximar da religiosidade popular. Para um aprofundamento, ler: AZZI, Rioldo. *O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978.

A Igreja defendia seus interesses à luz das novas encíclicas que retomavam os pontos da *Rerum Novarum*, como a *Quadragesimo Anno*¹⁵, que convidava os católicos a se comprometerem com a questão social: “enquanto as grandes fortunas se acumulam nas mãos de poucos ricos, para provar à evidência que as riquezas, produzidas em tanta abundância neste nosso século de industrialismo, não estão bem distribuídas pelas diversas classes da sociedade”.¹⁶

É esclarecedor como a encíclica *Mater et Magistra*,¹⁷ por ocasião dos 70 anos da *Rerum Novarum*, atualizava os princípios da Doutrina Social à luz da conjuntura dos anos de 1960. Vejamos como a carta reafirmava e adaptava a *Rerum Novarum*. Observemos os itens 9 e 13 da carta de João XXIII:

9. E hoje, apesar de ter passado tanto tempo, ainda se mantém real a eficácia dessa mensagem, não só nos documentos dos papas sucessores de Leão XIII, os quais, quando ensinam em matéria social, continuamente se referem à encíclica leonina, ora para nela se inspirarem, ora para esclarecerem o seu alcance, e sempre para estimular a ação dos católicos; mas até na organização mesma dos povos. Tudo isso mostra como os sólidos princípios, as diretrizes históricas e as paternais advertências contidas na magistral encíclica do nosso predecessor conservam ainda hoje o seu valor e sugerem, mesmo, critérios novos e vitais, para os homens poderem avaliar o conteúdo e as proporções da questão social, tal como hoje se apresenta, e decidir-se a assumir as responsabilidades daí resultantes.

13. Enquanto, em mãos de poucos, se acumulavam riquezas imensas, as classes trabalhadoras iam gradualmente caindo em condições de crescente mal-estar. Salários insuficientes ou de fome, condições de trabalho esgotadoras, que nenhuma consideração tinham pela saúde física, pela moral e pela fé religiosa. Sobretudo inumanas as condições de trabalho a que eram frequentemente submetidas as crianças e as mulheres. Sempre ameaçador o espectro do desemprego. A família, sujeita a contínuo processo de desintegração.¹⁸

¹⁵Encíclica criada pelo Papa Pio XI em comemoração ao quadragésimo aniversário da *Rerum Novarum*. Na encíclica *Quadragesimo Anno*, o Papa insistiu no direito e dever da Igreja de prestar a sua contribuição para a solução dos problemas sociais mais graves; confirmou os princípios fundamentais e as diretrizes históricas da encíclica leonina e aproveitou para desenvolver o pensamento social cristão, atendendo às novas condições dos tempos. No que concerne à propriedade privada, Pio XI tornou a afirmar o seu caráter de direito natural, e acentuou o seu aspecto e a sua função social. Disponível em:

<www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html> Acesso em 27 jan. 2014.

¹⁶Encíclica *Quadragesimo Anno*. Disponível em:

<www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html> Acesso em 27 jan. 2014.

¹⁷O objetivo central da encíclica consistiu em lançar um olhar sobre os problemas da vida social contemporânea, desde as primeiras luzes do ensinamento do Papa João XXIII, a fim de formular um conjunto de observações que compõem um programa. Deste modo, trata-se de resolver os problemas temporais, a partir da Doutrina Social Católica. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals> Acesso em 28 jan. 2014.

¹⁸Encíclica *Mater et Magistra*. Disponível em:

<http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals> Acesso em 28 jan. 2014.

Ao lermos a encíclica na íntegra, observamos a reflexão da Igreja frente aos problemas sociais, sobretudo, às desigualdades oriundas do capitalismo, e a ênfase em alguns pontos essenciais: 1) as atividades econômicas deveriam basear-se na harmonia entre iniciativa privada e poder público; 2) a preocupação com o bem-estar material da população; 3) a reafirmação da propriedade privada¹⁹ seria um bem natural de sua função social, exigindo o esforço para que chegasse a todos; 4) a agricultura.

O Papa João XXIII focava nas questões do subdesenvolvimento e das desigualdades entre os países e propunha uma ordem econômica mundial voltada para a dignidade de toda a população. A defesa da justiça e da valorização do homem, da “natureza humana”, segundo este Papa, independia das ideologias e das crenças. Este era o tom da Doutrina Social da Igreja, que ressoaria forte na América Latina, principalmente entre os membros do “cristianismo da libertação”.²⁰

3. A recepção das encíclicas na *Revista Eclesiástica Brasileira* (R.E.B.)

O periódico, voltado para o clero católico, foi reconhecido pela CNBB como órgão oficial da Igreja, embora não fosse considerado um veículo “porta-voz da CNBB”. Desde a sua fundação em 1941, a publicação era trimestral – nos meses março, junho, setembro e dezembro. O redator inicial e fundador da revista foi Frei Thomas Borgmeier, no período de 1941 a 1952. Entre 1952 a 1971, Frei Boaventura Kloppenburg tornou-se redator-chefe, ambos do Convento dos Franciscanos. A revista era publicada pela Editora Vozes, sediada no município de Petrópolis, Rio de Janeiro. No período por nós avaliado, observamos que a R.E.B. possuía como objetivo influenciar o clero católico para construir uma unidade doutrinária.

O redator-chefe, na sua apresentação da revista, publicada no primeiro número, afirmava que

A ideia desta revista retumbou pelo clero brasileiro. Apresentada ao Sr. Cardeal D. Sebastião Leme, foi aprovada, abençoada por S. Eminência Revma. que, ainda recentemente, em telegrama dirigido ao redator desta revista assim se exprimiu:

¹⁹Segundo a encíclica, o direito de propriedade, mesmo sobre bens produtivos, apresenta valor permanente, pelo fato de ser um direito natural fundado sobre a propriedade ontológica e finalista de cada ser humano em relação à sociedade.

²⁰Movimento social e político que mobilizou a cultura religiosa e a prática política e de fé. Segundo Lowy, a ideia principal desse movimento é a “opção pelos pobres” e suas principais características são: a libertação humana histórica, a crítica social e moral do capitalismo, a releitura da Bíblia a partir da ideia de libertação e a utilização do marxismo como instrumento de análise da realidade. Para uma maior compreensão, ver: LOWY, Michael. *A guerra dos deuses*. Petrópolis: Vozes, 2000.

“Revmo Sr. Frei Thomaz Borgmeier, Convento de Santo Antônio, nesta reiterando e confirmando as respeitadas conversas que tivemos, aqui lhe asseguro todo o apoio de minhas bênçãos e de meu coração de sacerdote e brasileiro para a nossa Revista Eclesiástica, em boa hora confiada ao talento e zelo de V. Revma. Honrando os foros de cultura que abonam o nome do nosso clero, a *Revista Eclesiástica Brasileira* vai ser muito bem recebida por todos”.²¹

Ainda nessa primeira edição, evidenciava-se que aquela deveria ser um porta-voz das necessidades contemporâneas. Podemos perceber a *R.E.B.* como uma tentativa de estabelecimento da relação social da Igreja com a modernidade e a capacidade de a instituição católica apreender esta nova realidade. Declarava a redação daquele momento:

É uma revista para o nosso tempo, adaptada às necessidades da época e do país. O padre de hoje deve ser mais do que um repetidor de fórmulas antiquadas. “O sacerdote – escreve Pio XI – deve ser sadiamente moderno, como o é a Igreja que abraça todos os tempos e todos os lugares, e a tudo se adapta, bendiz e promove todas as iniciativas, e não se assusta nem mesmo dos mais arrojados progressos da ciência, contanto que seja verdadeira”.²²

Em setembro de 1951, a atenção da *R.E.B.* voltou-se para a comemoração do 60º aniversário da *Rerum Novarum*.²³ Na seção de “Documentação” encontra-se o texto intitulado “No 60º aniversário da *Rerum Novarum*”²⁴, que trata de uma alocução do Papa Pio XII, ao celebrar a missa em comemoração aos 60 anos da encíclica. Vejamos:

Os Romanos Pontífices, a começar pela imortal Encíclica “*Rerum Novarum*” do Nosso grande Predecessor Leão XIII, com visão clara e corajoso sentido do dever apostólico, deram ao movimento operário – o mesmo é dizer, à posição jurídica do trabalhador e ao seu bem-estar – sólidos princípios e altos fins, cuja necessidade e sabedoria o tempo e a experiência plenamente demonstraram. Estes princípios e estes fins a Igreja mantê-los-á sempre inabalavelmente firmes, como parte integrante de toda a ordem social.²⁵

Ainda na seção de “Documentação”, no texto “Congresso Católico Internacional da Vida Rural”,²⁶ o Papa Pio XII recebeu os participantes do 1º Congresso Católico Internacional

²¹Ibidem, p. 1.

²²Ibidem, p. 03.

²³A presente encíclica foi promulgada pelo Papa Leão XIII em 1891, e foi a primeira a abordar a questão social na formação da Doutrina Social da Igreja. No entanto, devemos ressaltar que não era a primeira vez que a Sé Apostólica intervia em defesa dos interesses materiais dos menos favorecidos. Outros documentos de Leão XIII haviam preparado o caminho, entretanto a *Rerum Novarum* foi uma síntese orgânica dos princípios católicos no campo econômico-social. Disponível em: <www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html> Acesso em: 27 jan. 2014.

²⁴Papa Pio XII. No 60º aniversário da *Rerum Novarum*. In: *R.E.B.*, v.11, fascículo 03, set.1951, p. 726. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 01.

²⁵Idem.

²⁶Papa Pio XII. Congresso Católico Internacional da Vida Rural. In: *R.E.B.*, v.11, fascículo 03, set. 1951, p. 741-743. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 01.

para debater os problemas do meio rural. Nessa ocasião, fez referência ao predecessor Pio XI, na sua encíclica *Quadragesimo Anno*,²⁷ que havia chamado a atenção para os problemas dos habitantes do campo, ao abordar as consequências favoráveis e desfavoráveis do capitalismo.

Com as publicações desses e outros documentos, observamos o empenho da revista em manter viva a memória da Igreja Católica e, ao mesmo tempo, demonstrar a atualidade e a relevância da encíclica *Rerum Novarum*. No texto “Orientações pontificias sobre a questão rural”,²⁸ de dezembro de 1956, o Padre Cornélio da Silva ressalta que as encíclicas sociais, sobretudo a *Rerum Novarum*, de Leão XIII, e a *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, despertaram a atenção dos governantes para o cultivador agrícola. Posteriormente, no mesmo artigo, o Padre Cornélio da Silva propõe uma solução para evitar o êxodo rural e promover o progresso no campo:

Impõe-se, como solução para se evitar o êxodo rural e se promover o verdadeiro progresso da vida dos campos, a observância daquela verdade fundamental sempre sustentada pela doutrina social da Igreja, a saber, que a economia de um povo é um todo orgânico, no qual todas as possibilidades produtivas do território nacional devem ser desenvolvidas em sadia e recíproca proporção. Jamais se teria tornado tão grande a oposição entre cidade e campo, se esta verdade fundamental tivesse sido observada. A organização do trabalho do campo, com o fim de os trabalhadores melhor serem ajudados e se ajudarem mutuamente, é lhes também aconselhada. Muitas vezes, o Papa tem mesmo dirigido a palavra a algumas destas organizações rurais. Entre os camponeses, devem promover-se iniciativas concernentes à assistência religiosa, moral, econômica e social das classes agrícolas. Essas instituições e obras de caráter cooperativo e mutualista têm sido verdadeiras muralhas de defesa contra a irrupção de correntes subversivas.²⁹

No texto de Padre Cornélio da Silva, publicado em 1956, ainda no início do governo JK, fica em evidência, portanto, tanto uma crítica à má distribuição da propriedade rural no Brasil, quanto um apoio às entidades de caráter cooperativo e mutualista entre os trabalhadores rurais. Além disso, ao longo da argumentação, o autor ressalta a importância na promoção da reforma agrária, a fim de que fosse respeitado o duplo aspecto da propriedade: função individual

²⁷Encíclica criada pelo Papa Pio XI em comemoração ao quadragésimo aniversário da *Rerum Novarum*. Na encíclica *Quadragesimo Anno*, o Papa insistiu no direito e dever da Igreja de prestar a sua contribuição para a solução dos problemas sociais mais graves; confirmou os princípios fundamentais e as diretrizes históricas da encíclica leonina e aproveitou para desenvolver o pensamento social cristão, atendendo às novas condições dos tempos. No que concerne à propriedade privada, Pio XI tornou a afirmar o seu caráter de direito natural, e acentuou o seu aspecto e a sua função social. Disponível em: <www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html> Acesso em: 27 jan. 2014.

²⁸SILVA, Padre Cornélio da. Orientações pontificias sobre a questão rural. In: *R.E.B.*, v.16, fascículo 04, dez. 1956, p. 831-840. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2- 135, 01, 18.

²⁹*Ibidem*, p. 837-838.

– deveria prover as necessidades de quem a possuísse – e função social – a propriedade deveria atender a todas as necessidades da população local. Por fim, destaca: “Para se beneficiar em toda a extensão a vida do cultivador agrícola, qualquer programa de reforma deverá atender ainda aos outros aspectos da vida do campo, como o aspecto religioso, moral, social, e não apenas econômico”.³⁰

Já em 1961, a R.E.B. direcionou o seu olhar para Roma, posto que nesse ano foi publicada a encíclica *Mater et Magistra*,³¹ do Papa João XXIII. Na seção “Documentação” foi disponibilizado o texto “*Mater et Magistra*”,³² promulgado em homenagem ao 70º aniversário da encíclica *Rerum Novarum*. E na seção III, “Novos aspectos da questão social”, ressalta-se que as exigências da justiça e da igualdade não intervêm apenas nas relações entre operários e empresários. Também dizem respeito às relações entre os diversos setores econômicos, entre zonas desenvolvidas e outras menos desenvolvidas da economia nacional, e, no plano internacional, às relações entre países com nível de crescimento desigual em matéria econômica e social.

Na seção “Crônica Eclesiástica”, analisou-se a repercussão da encíclica tanto no plano nacional quanto no internacional. Frisou-se, principalmente, a variedade de interpretações que o documento evocou:

Alguns viram a nova Encíclica como um libelo contra o colonialismo e o capitalismo; outros descobriram nela um passo da Igreja em direção ao socialismo; e no Brasil houve mesmo quem encontrasse nas palavras do Papa um apoio à política exterior do Sr. Jânio Quadros, especialmente ao reatamento com a União Soviética.³³

Posteriormente, a R.E.B. divulgou, também, a declaração da CNBB, em setembro de 1961, nas seguintes palavras: “Bastam certamente esses dados para nos inteirarmos da enorme repercussão da nova Encíclica, que ficará para a História como um dos mais importantes documentos pontifícios”.³⁴

³⁰*Idem*.

³¹O objetivo central da encíclica consistiu em lançar um olhar sobre os problemas da vida social contemporânea, desde as primeiras luzes do ensinamento do Papa João XXIII, a fim de formular um conjunto de observações que compõem um programa. Deste modo, trata-se de resolver os problemas temporais, a partir da Doutrina Social Católica. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals> Acesso em: 28 jan. 2014.

³²Papa João XXIII. Encíclica Social *Mater et Magistra*. In: R.E.B., v. 21, fascículo 03, set.1961, p. 734-773. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

³³KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Repercussão da Encíclica *Mater et Magistra*. In: R.E.B., v. 21, fascículo 03, set.1961, p. 778. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

³⁴*Ibidem*, p. 778-779.

A revista considerava as múltiplas percepções sobre a referida encíclica como algo positivo, tendo em vista que a publicação tinha como horizonte sensibilizar a todos com a sua mensagem fundamentalmente de justiça social e paz.

O texto realizava críticas às doutrinas marxistas e assinalava que somente nas palavras da instituição católica poderia se encontrar a saída para os problemas rurais:

Não serão as doutrinas marxistas, ateias e desumanas, que irão salvar o homem do campo e o operário de um País cristão e de tradições pacíficas como é o Brasil. Aí está a doutrina social da Igreja, consubstanciada na *Rerum Novarum*, na *Quadragesimo Anno* e, agora, na oportuníssima *Mater et Magistra*, de João XXIII, capaz de resolver todos os problemas que afligem o homem do trabalho em nossa querida Pátria.³⁵

Ainda em relação ao debate sobre o campo, o periódico publicou, em dezembro de 1961, um escrito na seção “Comunicações” intitulado “A Igreja e a situação do meio rural brasileiro”.³⁶ Nele, comentava-se a primeira declaração da Comissão Central da CNBB, que neste período possuía como Presidente o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara³⁷, referente à situação da zona rural brasileira. A declaração caracterizava-se pela ausência de qualquer referência ao sistema de posse e uso da terra e também não mencionava nada sobre a reforma agrária. Inspirada na *Mater et Magistra*, o documento era dividido em três partes: “roteiro de atividades”, “recomendações especiais” e “em face da expansão comunista no meio rural”.

O “roteiro de atividades” discutiu elementos referentes a projetos de modernização do setor primário e de melhoramento das condições individuais do homem rural, cujo objetivo principal seria integrar a agricultura brasileira ao ritmo do desenvolvimento nacional. São salientados os seguintes aspectos:

- a) a obtenção para o meio rural, de serviços essenciais como estradas, transportes, comunicações, água potável, habitações, cuidados médicos, instrução elementar e formação profissional, serviço religioso, recreação e, também, tudo que é necessário a uma casa rural, para seu arranjo e sua modernização;
- b) a realização, no setor agrícola, das transformações, que dizem respeito às técnicas de produção, à escolha das culturas, às estruturas das empresas, necessárias, ou exigidas pela vida econômica, considerada em seu todo, e de modo a proporcionar, quanto possível, um digno nível de vida semelhante aos dos setores industrial e de serviços.

³⁵MORAIS, Dom Antônio. A ofensiva das Ligas Camponesas. In: R.E.B., v. 21, fascículo 03, set. 1961, p.780. Biblioteca Nacional (BN), cód., 2-136, 01, 02.

³⁶CÂMARA, Dom Jaime de Barros. A Igreja e a situação do meio rural brasileiro. In: R.E.B., v. 21, fascículo 04, dez. 1961, p. 950-953. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

³⁷É importante ressaltar que o Cardeal Dom Carlos Carmelo Motta foi reeleito Presidente da CNBB, mas alegou impossibilidade de continuar no cargo. Portanto, foi eleito Presidente o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara.

c) a proveitosa inserção, em outros setores da produção, da mão-de-obra liberada pela modernização progressiva da agricultura, proporcionando-se nas regiões de partida e chegada, formação profissional necessária, ajuda econômica e o socorro espiritual indispensável.³⁸

Na seção “recomendações especiais”, expressava-se o explícito apoio à ação da Igreja Católica no meio rural, por meio da Ação Católica Rural, da Juventude Agrária Católica (JAC) e da Liga Eleitoral Católica (LEC), da sindicalização rural, das Frentes Agrárias e do Movimento de Educação de Base. O meio rural deveria ser instrumento para a divulgação do roteiro de atividades dos movimentos sobreditos.

Portanto, o periódico buscou difundir, entre o clero brasileiro, a declaração da CNBB, na qual eram destacados os pontos da encíclica *Mater et Magistra* sobre a *Rerum Novarum*, ressaltando que a *função social da propriedade privada*, tal como definida pela Igreja, era oportuna para a análise da estrutura fundiária do país. Vejamos um trecho do pronunciamento da CNBB, divulgado na R.E.B.:

A Comissão Central da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil aproveitava o ensejo de sua primeira reunião após a publicação da “Mater et Magistra” do Santo Padre João XXIII para, oficialmente, em nome de todo o Episcopado brasileiro, manifestar, de público, seu regozijo pelo surgimento desta Encíclica, oportuna para o mundo inteiro, oportuníssima para o caso especial do Brasil.

É intenção nossa aproveitar todos os ensejos para difundir em nosso país as precisões e os desenvolvimentos trazidos à “Rerum Novarum” pela “Mater et Magistra” e para divulgar os novos aspectos da questão social indicados e analisados pelo vigário de Cristo. Estaremos assim contribuindo para renovar os laços de vida em comum, na verdade, na justiça e no amor.³⁹

Ainda em 1961, na seção “Comunicações”, foi publicado, em dezembro, o texto “Ainda a hierarquia de valores”,⁴⁰ pelo Monsenhor Frederico Didonet⁴¹, no qual é possível observar sua preocupação com a situação do meio rural brasileiro:

Para o bem do conjunto, como já foi dito, poderá ser necessário limitar, por algum tempo, algumas obras materiais, a fim de poder dedicar-se mais ao elemento humano, a formação de líderes, sem os quais não se terão as massas. Talvez adiar a construção de um hospital ou reforma da Igreja, para poder organizar e salvar o meio rural, ameaçado de desintegração, que poderá projetar-se por séculos. Talvez deixar, por

³⁸CÂMARA, Dom Jaime de Barros. A Igreja e a situação do meio rural brasileiro. In: R.E.B., v. 21, fascículo 04, dez. 1961, p. 950-951. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

³⁹*Ibidem*, p. 950.

⁴⁰DIDONET, Monsenhor Frederico. Ainda a hierarquia de valores. In: R.E.B., v. 21, fascículo 04, dez. 1961, p. 959-961. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

⁴¹Nasceu em Ivorá (RS) no dia 27 de dezembro de 1910, e foi o primeiro bispo da diocese de Rio Grande no Rio Grande do Sul (RS).

tempo, uma paróquia sem padre, anexando-a a outra, para atender o S.O.S. do ambiente universitário, tremendamente infiltrado de propaganda marxista. Talvez mesmo suspender ou limitar as aulas de um seminário, para lançar alguns de seus padres e, quem sabe, ate seminaristas, a um trabalho urgente e inadiável de arregimentação de forças e evangelização, para o qual amanhã poderá ser tarde. E a quem se escandalizar com isto, diremos que foi o que desejou fazer, e em parte fez, Pio XII, quando, em 1948, a Itália estava na iminência de cair sob o domínio do comunismo. Que teria adiantado então querer salvar velhas tradições ou veneráveis estruturas para depois entregar tudo ao inimigo?⁴²

A partir da citação acima, notamos que, para combater a ameaça de uma infiltração comunista no campo, a Igreja procurou seguir os preceitos da Santa Sé, sendo utilizado o exemplo do Papa Pio XII, caso alguém contestasse as referidas medidas.

No ano de 1962, a R.E.B. voltaria o seu olhar para o Concílio Vaticano II (1962-1965), e, em março, publicou um editorial intitulado “1962: Ano do XXI Concílio Ecumênico”.⁴³ No texto abordou-se a importância dos concílios ecumênicos na vida da Igreja Católica e apresentaram-se algumas características que tornaram o 2º Concílio Vaticano referência na história da instituição, como: a) preparação sistemática; b) apelo a uma colaboração variada; c) temário vasto; d) grande número de Bispos.

No mesmo fascículo, na seção de “Documentação”, foi publicado o escrito “Constituição Apostólica *Humanae Salutis*”,⁴⁴ convocando, para 1962, o Concílio Ecumênico Vaticano II. Também mostrou como a Igreja se adaptou aos novos tempos, haja vista que o referido Concílio ocorreu em um momento no qual a instituição percebeu a necessidade de fortificar a sua fé.

O Concílio Ecumênico Vaticano II – Diante deste duplo espetáculo: um mundo que revela um grave estado de indigência espiritual e a Igreja de Cristo, tão vibrante de vitalidade, Nós, desde quando subimos ao Supremo Pontificado, não obstante nossa indignidade e por um desígnio da Providência, sentimos logo o urgente dever de conchamar os Nossos filhos para dar à Igreja a possibilidade de contribuir mais eficazmente na solução dos problemas da idade moderna.⁴⁵

Enquanto isso, no Brasil, setores da Igreja apoiavam a iniciativa do Papa João XXIII em dialogar com o mundo moderno, respeitando as diferenças de credo, religião e cultura. O

⁴²DIDONET, Monsenhor Frederico. Ainda a hierarquia de valores. In: R.E.B., v. 21, fascículo 04, dez. 1961, p. 960. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

⁴³KLOPPENBURG, Frei Boaventura. 1962: Ano do XXI Concílio Ecumênico. In: R.E.B., v. 22, fascículo 01, mar. 1962, p. 03-05. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 03.

⁴⁴Papa João XXIII. Constituição Apostólica *Humanae Salutis*. In: R.E.B., v. 22, fascículo 01, mar. 1962, p. 217-221. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 03.

⁴⁵Ibidem, p. 217.

objetivo era aproximar todos, destacando-se que, para construirmos o bem comum para a humanidade, fazia-se necessário prevalecerem as semelhanças e a união em detrimento das divergências.

Em 1963, foi lançada a encíclica *Pacem in Terris*,⁴⁶ cuja finalidade seria promover a paz entre os povos, seguindo a ordem instituída por Deus. Vale destacar que, neste período, o mundo encontrava-se polarizado entre capitalismo e socialismo, vivendo a chamada Guerra Fria desde 1947. Em junho do mesmo ano, a R.E.B. publicou o texto “*Pacem in Terris*”⁴⁷:

Pacem in Terris apresenta-se como a continuação da *Mater et Magistra* no domínio jurídico, político internacional, talvez com maior unidade de composição e de redação. O tom da encíclica que pode ser resumida em uma frase; um apelo apaixonado a cada liberdade para contribuir pela libertação de todas as outras na comunhão dos valores, e construir com elas o bem comum universal posto ao serviço do desenvolvimento total de cada pessoa humana.⁴⁸

A linha política proposta no periódico, seguindo o pensamento do Papa João XXIII, entendia que o avanço dos países estava ligado ao desenvolvimento do ser humano, apontando a reforma agrária como basilar para a paz social. Pois tal reforma poderia proporcionar o bem-estar da população, por meio de uma distribuição de renda.

4. A Igreja, o golpe de 1964 e o Estatuto da Terra

É importante ressaltar que a R.E.B., no início de 1964, seguindo em parte a tendência do Concílio Vaticano II, estudava o marxismo no intuito de mostrar que as verdades católicas eram suficientes para explicar todas as questões levantadas pelos comunistas.

A preocupação em estudar a tradição do pensamento marxista aparece claramente na R.E.B., mormente no artigo “A Revolução de Cristo”,⁴⁹ publicado em março de 1964, às vésperas do golpe. Assim, de acordo com Frei João Batista Santos,⁵⁰ “(...) o primeiro a fazer da

⁴⁶Encíclica *Pacem in Terris*. Disponível em: <www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals> Acesso em: 29 jan. 2014.

⁴⁷KLOPPENBURG, Frei Boaventura. *Pacem in Terris*. In: R.E.B., v. 23, fascículo 02, jun. 1963, p. 290-332. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 05.

⁴⁸Ibidem, p. 291.

⁴⁹SANTOS, Frei João Batista. A Revolução de Cristo. In: R.E.B., v.24, fascículo 01, mar. 1964, p. 123-125. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,07.

⁵⁰Frei João Batista nasceu na cidade de Franca (SP) em 13 de agosto de 1913 e ingressou na ordem dos padres dominicanos em 1931 na França. Em 1950, tomou posse como capelão da Vila Brasília Machado, após entendimentos como Círculo Operário do Ipiranga, para a compra pelos dominicanos do terreno onde esse círculo mantinha uma capela improvisada, um armazém e uma casa que abrigava um consultório médico e um curso de alfabetização de adultos. Informações retiradas do livro SANTOS, João Baptista Pereira dos. *Fim de um mundo aleluia*. São Paulo: Paulinas, 1984.

revolução social uma doutrina, o primeiro a apresentar esse tipo de luta exterior como um meio de suprimir a injustiça e de abrir caminho para a redenção final e a felicidade de todos na perfeita igualdade, foi Karl Marx”.⁵¹

Às vésperas do golpe, a *R.E.B.* colaborava com o anticomunismo, indicando a preocupação da instituição católica com o comunismo no Brasil. No artigo “Manifestos e denúncias contra a ação do comunismo no Brasil”⁵², essa perspectiva fica particularmente em evidência:

Até pouco tempo o comunismo não era tido como perigo do momento. Nos últimos meses, contudo, uma quantidade muito grande de testemunhos e manifestos vieram a alterar, seja da parte da Igreja, seja da parte dos civis e militares, as consciências de brasileiros contra o perigo vermelho.⁵³

Nessa mesma linha de pensamento, temos a declaração do Cardeal Primaz do Brasil, Dom Augusto Álvaro da Silva. Vejamos:

O perigo está às portas, dizer-se-ia inevitável, iminente, talvez. Dizem vozes credenciadas que há presença de forças dirigidas pelo comunismo internacional nas altas funções administrativas do país; que a marcha dos comunistas e socialistas em direção ao governo se acelerou.⁵⁴

Dentre os diversos textos publicado pela revista, destacamos “Declarações da CNBB sobre a situação nacional”,⁵⁵ publicado na seção “Crônica Eclesiástica”, em junho de 1964, isto é, pouco depois do golpe:

Insistimos na necessidade e na urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e democráticas. Mas esta restauração não será possível apenas com a condenação teórica e a repressão policial do comunismo, enquanto não se extirparem as injustiças sociais e outras modalidades do materialismo, tão perniciosas que geram o próprio comunismo, e, sobretudo, enquanto o espírito sobrenatural autêntico não impregnar todas as pessoas e todas as atividades humanas (...). Somos, por isso, pelas reformas que a hora presente exige, de acordo com o espírito cristão e a Doutrina Social da Igreja, que tantas vezes temos expendido (...). Não nos curvamos, porém, às injunções da política partidária, nem às pressões de grupos de qualquer natureza, que pretendam, por acaso, silenciar a nossa voz em favor do pobre e das vítimas da perseguição e da injustiça (...). Esperamos que os responsáveis pelos destinos

⁵¹SANTOS, Frei João Batista. A Revolução de Cristo. In: *R.E.B.*, volume 24, fascículo 01, março de 1964, p. 123. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

⁵²SILVA, Dom Augusto Álvaro da. Manifestos e denúncias contra a ação do comunismo no Brasil. In: *R.E.B.*, v. 24, fascículo 01, mar. 1964, p. 207-208. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

⁵³*Ibidem*, p. 207.

⁵⁴*Ibidem*, p. 207-208.

⁵⁵CNBB. Declarações da CNBB sobre a situação nacional. In: *R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 491-493. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

temporais do Brasil aceitem, defendam e cumpram os princípios do Evangelho e as normas da Doutrina Social Cristã, não só porque esses princípios são os nossos, mas porque constituem a base fora da qual não há, nem poderá haver, ordem social, segurança, estabilidade e verdadeiro progresso.⁵⁶

A tônica da posição da CNBB é “restauração da ordem social, em base cristã e democrática”.⁵⁷ Aqui aparece claramente uma questão importante: a convicção de que, passada a ameaça comunista, que supostamente pairava no governo Jango derrubado, era hora de voltar à normalidade cívica e política. Mas superar a ameaça comunista e, ao mesmo tempo, realizar uma volta da “democracia em bases cristãs” significava, concretamente, cumprir parte da agenda comunista, fazendo reformas de acordo com a Doutrina Social da Igreja. No mesmo fascículo de junho de 1964, nos deparamos com o texto “A Revolução de Abril e as comprovantes da subversão comunista”,⁵⁸ no qual se evidencia que a R.E.B. elogiava e justificava a ação dos militares e dos demais setores conservadores da sociedade da época, em prol da ordem, da Igreja e da tradição:

Era por demais evidente a linha comunizante do governo do Sr. João Goulart que, através de fatos como o reatamento das relações com a Rússia, a unificação de todos os trabalhadores do país obedecendo ao CGT, este com atuação política, mais que sindical, a desmoralização crescente das Forças Armadas e a iminente legalização do Partido Comunista, pretendia levar o Brasil para uma República Sindicalista, caudatária do imperialismo soviético. Mas contra este plano de comunização levantaram-se a Igreja, a imprensa nacional e o Exército. No Rio, Dom Jaime quase que semanalmente denunciava as tramas vermelhas e concitava os brasileiros a formarem “um bloco único de resistência” e ficarem a postos, prontos para repelirem qualquer investida dos inimigos da Pátria e da Religião. Igualmente mobilizada se encontrava a imprensa nacional e num editorial de primeira página de *O Globo*, em que se denunciava a sistemática entrega do Brasil ao comunismo pelas autoridades brasileiras, ouvia-se a voz de alerta levantada pela maioria dos jornais nacionais. “Basta de entregar o Brasil ao comunismo” – protestava o referido jornal e continuava: “O Governo já não pode mais reagir, pois se deixou comprometer com a política de penetração dos comunistas e entregou o Brasil aos seus piores inimigos”. Por outro lado, a audácia dos comunistas apresentava-se sempre mais crescente e através de pressões sobre o Governo Federal seus elementos foram tomando postos-chaves na administração do País e nas Forças Armadas. E denunciavam os Ministros Militares a crescente infiltração do Exército. Houve, segundo a tática comunista de dois passos a frente, um para trás, progressão consciente e planejada na audaciosa operação de comunizar o país. Fato decisivo na formação dos blocos antagônicos foi o comício-monstro pré-reformas realizado no Rio, no dia 13 de março, onde compareceram cerca de 120 mil pessoas para exigir do presidente da República a legalização do Partido Comunista, o voto do analfabeto e outras reivindicações comunizantes. Nesta mesma ocasião assinou o Presidente o decreto da SUPRA e a Emancipação das refinarias particulares.

⁵⁶*Ibidem*, p. 492-493.

⁵⁷*Ibidem*, p. 492.

⁵⁸KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A Revolução de Abril e as comprovantes da subversão comunista. In: *R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 493-495. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

Mas o pavio do grande barril de pólvora que fez explodir os sentimentos cívicos da nacionalidade, e principalmente das Forças Armadas, foi a revolta dos Marinheiros na Quinta-Feira Santa, que culminou com a exoneração do então Ministro da Marinha Almirante Silvío Mota. Conforme palavras do General Mourão Filho: “Os militares já não suportavam a vergonha de sustentar e manter um governo que dava cobertura à indisciplina”. E nas palavras do mesmo General: “O último ato de afronta à democracia foi o comício realizado no dia 31 de março no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, quando o Presidente jogou fora a Constituição e rompeu o que ainda restava de respeito à lei, à ordem e a disciplina nas Forças Armadas”. Na mesma noite o General Mourão Filho mobilizava suas tropas sediadas em Juiz de Fora e no dia seguinte distribuía manifesto à nação, no qual acusava o governo de dar apoio oficial aos comunistas e concitava “a todos os brasileiros e militares esclarecidos a salvarem o Brasil e a deporem o Presidente da República que não mais merece ser havido como guardião da Lei Magna”. (...) No mesmo dia ainda, membros destacados do Alto Comando do Exército, entre os quais o atual Presidente da República e o atual Ministro da Guerra, Marechal Castelo Branco e General Costa e Silva respectivamente, também distribuíram manifesto em que diziam que “a Pátria não podia mais assistir impassível a esta trágica derrocada das próprias instituições democráticas, sendo que era o próprio Presidente da República quem incitava à indisciplina e oferecia plena cobertura a motins desencadeados sob a orientação de comunistas conhecidos”. 48 horas depois a revolução era vitoriosa, tendo o Supremo Comando explicado à Nação que a ação militar visava a “conter o avanço comunista e moralizar a vida pública nacional”. Logo após ser declarada a vitória, começaram as devassas e notável foi o material subversivo que veio comprovar as denúncias da acelerada comunização a que estava sendo levada a Nação.⁵⁹

Ainda na seção “Crônica Eclesiástica”, de junho de 1964, nos deparamos com um texto a respeito das “Marchas da Família, com Deus e pela Liberdade”. Nele, apoia-se a Marcha e principalmente o golpe de Estado de 1964 ocorrido pouco depois.

Por todo o Brasil as Marchas foram promovidas, sempre dentro do espírito que orientou a primeira: de repúdio ao comunismo, de alerta às autoridades constituídas e de defesa e profissão de fé democrática e cristã. Estas Marchas tiveram o benéfico efeito de patentear aos chefes militares onde estavam os desejos do povo e serviram de estímulo e garantia para a decisão por eles tomada dias depois de depor o Presidente que já não encontrava eco e crédito na maioria do povo brasileiro.⁶⁰

O fascículo da R.E.B., de junho de 1964, é um testemunho importante sobre as diferenças e talvez tensões políticas existentes dentro da Igreja em relação à conjuntura política do Brasil pós-golpe; pois enquanto a CNBB já recomendava a “restauração da ordem social, em base cristã e democrática”⁶¹, os editores da revista construíram uma concatenada narrativa histórica sobre os principais “fatos” que testemunhavam o perfil “comunizante” do governo Jango e que autorizava e justificava o golpe de Estado que o derrubou.

⁵⁹Idem.

⁶⁰KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Marchas da família com Deus pela liberdade. In: R.E.B., v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 496. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

⁶¹CNBB. Declarações da CNBB sobre a situação nacional. In: R.E.B., v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 492-493. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

Na conjuntura que antecedeu o golpe, Codato e Oliveira⁶² observavam que o país experimentava, sem possibilidade de retorno, os efeitos de polarização ideológica que havia oposto, em todo período, o liberalismo conservador ao reformismo nacionalista. Essa polarização chegou ao ápice em março: o Comício da Central do Brasil; a Marcha da Família; a Rebelião dos Marinheiros; a reunião no Automóvel Clube; e, como conclusão desse momento de crise, no dia 31, a manobra liderada pelo general Olímpio Mourão Filho cerra o destino do governo de Jango.

Portanto, a R.E.B. colocava-se ao lado do grupo mais conservador da Igreja, formando um bloco de resistência ao comunismo, sendo um dos seus líderes o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara. Deste modo:

No Rio, Dom Jaime quase que semanalmente denunciava as tramas vermelhas e concitava os brasileiros a formarem um bloco único de resistência e ficarem a postos, prontos para repelirem qualquer investida dos inimigos da pátria e da religião.⁶³

Em 31 de março, as tropas militares lideradas pelo general Olímpio Mourão Filho saíram de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro e desencadearam o golpe de 1964.⁶⁴ Como Delgado⁶⁵, acreditamos que os responsáveis pela deposição de Goulart foram os militares, respaldados por apoio internacional e em parceria com partidos políticos e segmentos da sociedade civil, que se opunham à opção política do presidente e de seus aliados históricos.⁶⁶ Nesse sentido, destacamos o apoio da R.E.B. ao movimento político-militar de 1964.

⁶²CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, vol. 24, n. 47, 2004, p. 271-302.

⁶³KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A Revolução de Abril e as comprovantes da subversão comunista. *In: R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p.495. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

⁶⁴Portanto, ao completarmos 50 anos desse movimento político que rompeu com a ordem constitucional, recomendamos a leitura do artigo de Lucília Delgado, no qual a autora faz uma análise sobre as diferentes interpretações referentes à trajetória política de Jango, à crise institucional de 1960 e um balanço historiográfico sobre o golpe político de 1964. Ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Revista Tempo*, n. 28, 2009, p. 125-145. Além disso, recomendo a leitura da obra de Carlos Fico por ser uma referência historiográfica do período estudado. Ver: FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

⁶⁵DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Revista Tempo*, n. 28, 2009, p. 125-145.

⁶⁶É importante ressaltar que existem diversas interpretações sobre o golpe de 1964, dentre as quais destacamos o pensamento de dois autores: Jacob Gorender e Carlos Fico. O primeiro considera o período supracitado como o ápice das lutas dos trabalhadores brasileiros durante o século XX. Deste modo, Gorender afirma que podemos compreender os anos de 1960-1964 como o apogeu da luta de classes, no qual se colocou em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos da força coercitiva do Estado e do direito de propriedade. Já o segundo enquadra-se em um novo ciclo produtivo. Fico discorda das teses conspiratórias de médio prazo sobre a deposição de Jango e insiste que o movimento golpista foi conduzido por lideranças importantes das forças armadas, sem maior planejamento anterior. Ver, respectivamente: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A*

De acordo com Caio Navarro de Toledo,⁶⁷ o golpe de 1964 significou, de um lado, um golpe contra as reformas sociais defendidas por setores progressistas da sociedade brasileira e, de outro, representou um golpe contra a democracia política de nosso país. No entanto, a revista não interpretava desta forma. Para a R.E.B., o golpe não era “golpe”, mas “revolução”. Tampouco a revista lastimou o colapso da “democracia”, pois, ao que tudo indica, mais importante do que a ordem democrática, era “moralizar a vida pública nacional”. Ainda de acordo com a ideologia da revista, ademais, não existia moralidade em tendências políticas “comunizantes”.

O governo golpista estava motivado a intervir na questão agrária, com o intuito de evitar que a população rural realizasse intervenções no campo. Em novembro de 1964, o Marechal Castelo Branco, um dos comandantes do golpe de 1964, promulgou a Lei nº 4.504, mais conhecida como Estatuto da Terra e que se constituiu como a primeira lei brasileira de reforma agrária.

Ao pesquisarmos a R.E.B., observamos uma ausência de artigos, documentos e comunicados a respeito dessa temática. Tendo em vista que a lei nº 4.504 foi promulgada em novembro de 1964, pesquisamos o fascículo de dezembro do mesmo ano aos que foram publicados em 1965.

Ao examinarmos a R.E.B. de dezembro de 1964, notamos um predomínio de textos concernentes a III sessão do Concílio Vaticano II. Em relação às publicações de março e junho de 1965, observamos uma preponderância de assuntos estritamente religiosos. Já o fascículo de setembro dedicou-se aos debates conciliares e o de dezembro tratou-se de um repertório geral das publicações de 1941 a 1965, elaborado pelo Padre Waldomiro Pires Martins, posto que no presente ano a revista completava o 25º aniversário e seria uma forma de reavivar a sua memória.

Por fim, a R.E.B. não se manifestou sobre o Estatuto da Terra. Este pouco interesse em debater o novo documento legal contrastava nitidamente com o período anterior ao golpe de 1964, quando o periódico acompanhou e participou ativamente dos debates sobre a necessidade de uma reforma agrária. A nosso ver, a revista considerou dispensável pronunciar-se sobre o Estatuto, posto que a ameaça comunista fora extinta com a instauração de um regime de exceção

esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

⁶⁷TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 13-28.

em nosso país. Nesse sentido, o debate sobre a reforma agrária no periódico era caudatário de uma preocupação maior: evitar que o comunismo e os comunistas conquistassem os corações e as mentes dos fiéis.

5. Conclusão

Ao problematizarmos a Igreja Católica como uma instituição que se “move no tempo com uma lógica própria” e como um “Corpo Místico”, portador de uma verdade transcendente, reconhecemos, assim como Roberto Romano⁶⁸, a sua capacidade e interesse de adequar-se às questões do seu tempo. Por tal razão, para o autor, a Igreja não pode ser interpretada exclusivamente como um instrumento ideológico do Estado, pois é uma instituição que estabelece alianças de cunho temporal, tendo em perspectiva a ideia de salvação espiritual do ser humano e os seus próprios interesses institucionais.

Ao percebermos os divergentes modelos de Igreja, identificamos concepções dissonantes sobre os meios de implementar a reforma agrária, copiosamente observados nos textos publicados na *Revista Eclesiástica Brasileira*. Tais embates intensificaram-se às vésperas do Concílio Vaticano II (1962-1965), pois o clima de maior tolerância com opiniões distintas instalava-se entre alguns leigos e clérigos brasileiros.

Ao examinarmos nossa principal fonte, a R.E.B., constatamos a sua postura a favor de uma providência imediata, com o intuito de sanar os conflitos no meio rural brasileiro. Entretanto, o periódico apoiava uma Reforma Agrária baseada na ordem pública e na paz, uma vez que contribuiria para a solução dos problemas que afligiam o país, tais como: êxodo rural; inflação; ameaça do comunismo e conflito entre grandes proprietários de terra e camponeses. A revista defendia um projeto dentro dos moldes capitalista – isto é, calcado na pequena propriedade familiar privada e não no controle estatal ou coletivo da terra. Portanto, a reforma deveria ser um instrumento de modernização econômica e não de profundas transformações sociais. O escopo principal era manter a população no campo de maneira sustentável, com o intuito de conservar os valores tradicionais e, desta forma, garantir ao catolicismo a permanência do seu espaço de liderança na zona rural garantido.

No que se refere ao golpe de 1964, destacamos o apoio da R.E.B. àquele movimento político-militar. Deste modo, a revista posicionou-se ao lado do grupo mais conservador da

⁶⁸ ROMANO, Op. Cit. 1979.

instituição católica, formando um bloco de resistência ao comunismo, “para repelirem os inimigos da pátria.”

Posteriormente, as diferenças dentro da Igreja ficaram evidentes. De um lado a CNBB já recomendava a “restauração da ordem social, em base cristã e democrática”. Enquanto isso, os editores da revista construía uma concatenada narrativa histórica sobre os principais “fatos” que testemunhavam o perfil “comunizante” do governo Jango. A narrativa traçada, então, autorizava e justificava o golpe de Estado que o derrubou.

Por fim, a revista mostrou-se a favor de uma reforma agrária imediata. Contudo, ao longo da pesquisa, constatamos que os pronunciamentos católicos sobre o Estatuto da Terra na R.E.B. ficaram muitíssimo aquém do debate sobre a necessidade de uma reforma agrária que se desenrolava no periódico antes do golpe de 1964. Assim, concluímos que a R.E.B. engajou-se no debate sobre a reforma agrária para defender o corpo místico e institucional da Igreja contra o que seus editores acreditavam ser um grande e perigoso inimigo: o comunismo.

Referências bibliográficas

Fontes Primárias

Encíclicas Papais

Rerum Novarum (1891)

<www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html> Acesso em: 27 jan. 2014.

Quadragesimo Anno (1931)

<www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_pxi_enc_19310515_quadrag-esimo-anno_po.html> Acesso em: 27 jan. 2014.

Mater et Magistra (1961) <www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals> Acesso em: 28 jan. 2014.

Pacem in Terris (1963) <www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals> Acesso em: 29 jan. 2014.

Periódico

Revista Eclesiástica Brasileira

Papa Pio XII. No 60º aniversário da *Rerum Novarum*. In: *R.E.B.*, v.11, fascículo 03, set.1951, p. 726. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 01.

Papa Pio XII. Congresso Católico Internacional da Vida Rural. In: *R.E.B.*, v.11, fascículo 03, set. 1951, p. 741-743. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 01.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A reunião dos arcebispos do Brasil no Rio de Janeiro. *In: R.E.B.*, v.12, fascículo 04, dez. 1952, p. 990-991. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01,03.

SILVA, Padre Cornélio da. Orientações pontifícias sobre a questão rural. *In: R.E.B.*, v.16, fascículo 04, dez. 1956, p. 831-840. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2- 135, 01, 18.

Papa João XXIII. Encíclica Social *Mater et Magistra*. *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 03, set.1961, p. 734-773. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Repercussão da Encíclica *Mater et Magistra*. *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 03, set.1961, p. 778. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

MORAIS, Dom Antônio. A ofensiva das Ligas Camponesas. *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 03, set. 1961, p.780. Biblioteca Nacional (BN), cód., 2-136, 01, 02.

CÂMARA, Dom Jaime de Barros. A Igreja e a situação do meio rural brasileiro. *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 04, dez. 1961, p. 950-953. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

DIDONET, Monsenhor Frederico. Ainda a hierarquia de valores. *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 04, dez. 1961, p. 959-961. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. 1962: Ano do XXI Concílio Ecumênico. *In: R.E.B.*, v. 22, fascículo 01, mar. 1962, p. 03-05. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 03.

Papa João XXIII. Constituição Apostólica *Humanae Salutis*. *In: R.E.B.*, v. 22, fascículo 01, mar.1962, p. 217-221. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 03.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. *Pacem in Terris*. *In: R.E.B.*, v. 23, fascículo 02, jun. 1963, p. 290-332. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 05.

SANTOS, Frei João Batista. A Revolução de Cristo. *In: R.E.B.*, v.24, fascículo 01, mar. 1964, p. 123-125. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,07.

SILVA, Dom Augusto Álvaro da. Manifestos e denúncias contra a ação do comunismo no Brasil. *In: R.E.B.*, v. 24, fascículo 01, mar. 1964, p. 207-208. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,07.

CNBB. Declarações da CNBB sobre a situação nacional. *In: R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 491-493. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A Revolução de Abril e as comprovantes da subversão comunista. *In: R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 493-495. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Marchas da família com Deus pela liberdade. *In: R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 496. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

Livros

AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978.

BEOZZO, José Oscar. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Paulinas, 1985.

BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Revista Tempo*, n. 28, 2009, p. 125-145.

FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

LOWY, Michael. *A guerra dos deuses*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da guerra fria. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, n.44, 2002, p. 463-488.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. Os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica. *Vitória: Revista do Departamento de História da UFES*, 1998, p. 01-32.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 13-28.